

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.529.084 - DF (2019/0181610-1)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
EMBARGANTE : POSTO MEDITERRÂNEO LTDA
ADVOGADOS : MARCO AURÉLIO CARVALHO GOMES - MG073193
ARTHUR VILLAMIL MARTINS - MG095475
RICARDO SILVA DAS NEVES - MG087075
JACINTO GOMES DAS NEVES - MG074252
YURI LUNA DIAS - MG134148
MARIANA MARTINS CERIZZE - MG156102
ISABELA FALEIRO VAZ DE OLIVEIRA - MG158307
GILBERTO VITOR RAMOS MARTINS - MG172100
LUCAS HENRIQUE SANTOS DE SA - MG180656
LEANDRO AUGUSTO DA SILVA - MG136254
EMBARGADO : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA-CADE

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos por POSTO MEDITERRÂNEO LTDA, contra decisão de minha lavra, que, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, **conheceu do Agravo para não conhecer do Recurso Especial**, em razão de sua manifesta intempestividade (fls. 1.069/1.071e).

Em suas razões, alega o embargante o seguinte:

"Ocorre que, apesar do brilhantismo da referida decisão, há de se apontar que, data venia, deixou de analisar ponto essencial ao correto andamento da causa, qual seja, a greve dos Correios que estava ocorrendo durante o prazo de juntada dos originais.

Conforme noticiado pelos principais veículos jornalísticos do país, o Correios (órgão estatal monopolista), entraram em greve no dia 27/04/2017, que somente se encerrou no dia 09/05/2017 (DOC.01):

(...)

Ressalte-se que **a recorrente foi diligente o bastante para enviar a petição original para o advogado correspondente no dia seguinte ao protocolo via fax**, conforme o comprovante em anexo (DOC.02).

Diante disso, inexistem dúvidas de que o protocolo da peça original somente não ocorreu a tempo por fato que não pode controlar, ainda que tenha praticado todos os atos que estavam ao seu alcance para resolver a situação" (fls. 1.074/1.076e).

A irresignação não merece acolhida.

De início, nos termos do art. 1.022 do CPC vigente, os Embargos de Declaração são cabíveis para "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" e "corrigir erro material".

Não obstante a orientação acerca da natureza recursal dos Declaratórios, singularmente, não se prestam ao rejugamento da lide, mediante o reexame de matéria já decidida, mas apenas à elucidação ou ao aperfeiçoamento do **decisum**, em casos, justamente, nos quais eivado de obscuridade, contradição, omissão ou erro material. Não têm, pois, de regra, caráter substitutivo ou modificativo, mas aclaratório ou integrativo.

In casu, ao contrário do que pretende fazer crer a parte embargante, a decisão está suficientemente fundamentada, uma vez que não houve qualquer alegação em sua petição de Agravo em Recurso Especial (fls. 1.003/1.038e) sobre eventual greve dos Correios, tendo apontado, apenas e equivocadamente, que o prazo dilatório concedido da interposição de recurso, via fax, é contado em dias úteis (fl. 1.007e), o que levou à intempestividade do Recurso Especial.

Registre-se que a jurisprudência do STJ é no sentido de que o prazo de 5 (cinco) dias previsto no art. 2º da Lei 9.800/1999 é contínuo, não ocorrendo sua suspensão aos sábados, domingos, feriados ou recessos forenses.

Deve-se ressaltar que os Embargos de Declaração não constituem veículo próprio para o exame das razões atinentes ao inconformismo da parte, tampouco meio de revisão, rediscussão e reforma de matéria já decidida.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECLAMAÇÃO. RESOLUÇÃO STJ N. 12/2009. OMISSÃO. ACOLHIMENTO.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como quando há erro material a ser sanado.

2. Embargos declaratórios acolhidos sem efeitos infringentes" (STJ, EDcl nos EDcl na Rcl 28.977/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 11/03/2016).

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. HIPÓTESES DO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração apenas são cabíveis para sanar omissão, contradição ou obscuridade do julgado recorrido,

admitindo-se também esse recurso para se corrigir eventuais erros materiais constantes do pronunciamento jurisdicional.

2. No caso, está evidenciado o intuito do embargante em rediscutir a matéria já integralmente decidida pelo órgão judicial recorrido, o que não se admite nos estreitos limites do art. 535 do CPC.

3. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgRg nos EAREsp 540.453/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada do TRF/3ª Região), PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 04/03/2016).

Pelo exposto, à míngua de vícios, **rejeito** os Embargos Declaratórios.

I.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministra ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora